

FLUXO DE MÃO DE OBRA DA EUROPA PARA O BRASIL

*Duval Magalhães Fernandes
Maria da Consolação Gomes de Castro
Silvana Pena Knup*

1. INTRODUÇÃO

A crise econômica iniciada em 2008 contribuiu decisivamente para uma impressionante alteração do quadro da migração internacional. De um lado, as possibilidades de se chegar a um país desenvolvido partindo de uma região do terceiro mundo, já restritas em alguns casos após o 11 setembro de 2001, passaram a ser ainda mais remotas, de outro o desemprego que se seguiu à explosão das diversas “bolhas” financeiras e imobiliárias afetando de forma mais severa os imigrantes, principalmente aqueles em situação irregular.

Após o primeiro impacto, as consequências da crise foram, como ondas, atingindo diversos países e hoje, ainda longe de chegar ao seu fim, aportou de forma devastadora em alguns Estados europeus.

Ao mesmo tempo, os países ditos emergentes, por diversas razões, passaram pela tormenta financeira com poucas perdas. Neste contexto, o Brasil apresentou uma situação singular que permitiu, em 2010, atingir uma taxa de crescimento econômico, medida em termos da variação do PIB, da ordem de 7% em relação ao ano precedente. A expansão econômica gerou no país uma forte demanda por mão de obra que colocou o índice de desemprego no ponto mais baixo dos últimos anos e de forma continuada por um período nunca antes visto na história do país. Esta demanda por mão de obra que, ainda em 2012, não está sendo atendida, tem como característica a busca por trabalha-



dores especializados/qualificados, principalmente para atender a projetos de infraestrutura e a base da indústria petrolífera.

Este comportamento econômico chamou a atenção daqueles que, com algum nível de instrução, viviam as agruras da crise nos países desenvolvidos, o resultado foi a ampliação da concessão de autorizações de visto e trabalho pelo Governo brasileiro que passa de 42.914 em 2009 para 56.006 em 2010 chegando a 70.524 em 2011. Indicando um aumento de 64,3% em dois anos (2009/2011).

No entanto é importante salientar que os resultados preliminares do censo de 2010 indicam que o número de estrangeiros residentes no Brasil teria passado de 510.067, em 2000, para 433.428. Esta queda de quase 15% já havia sido observada entre os anos de 1991 e de 2000. Efetivamente, estes dados não comprovam uma redução dos estrangeiros residentes uma vez que as informações dos censos nem sempre refletem o real volume da população estrangeira nos países (GOZA, 2004). Por outro lado seria importante avaliar a estrutura deste segmento populacional antes de inferir conclusões.

Este artigo propõe discutir algumas das características dos imigrantes que chegaram ao Brasil em período recente na busca de colocação no mercado de trabalho. Importante salientar que nem sempre é fácil encontrar informações quando se analisa a migração internacional e, no caso presente devem ser feitos alguns alertas. Em primeiro lugar, os dados coletados são relativos às autorizações de vistos concedidos pelo governo nas suas mais diversas categorias e estes volumes são muito influenciados por situações particulares, que, de uma forma ou outra estão relacionadas à ampliação das atividades econômicas no país. Por exemplo, a ampliação da oferta de cruzeiros marítimos no verão, consoante com a melhoria da renda da população, induziu a expedição de maior número de vistos temporários para tripulantes de navios estrangeiros de lazer. Ao mesmo tempo, a ampliação da atividade econômica levou à ampliação dos negócios de multinacionais no país e a necessidade de trazer funcionários experientes e também técnicos para treinamento de trabalhadores locais e instalação de máquinas. Em resumo, unicamente o volume de vistos não indica toda a amplitude das demandas por imigrantes ou mesmo a sua colocação no mercado de trabalho.

Outro ponto interessante a observar é que alguns países tiveram maior importância na composição do contingente de imigrantes e neste caso os países europeus aparecem com maior importância nos últimos anos.





Por fim, vale destacar que estes dados dizem respeito somente aos imigrantes regulares e não envolvem aqueles que entram no país como turistas e permaneceram por um maior período do que o permitido ou aqueles que por força de acordos multilaterais ou bilaterais têm direito a residência legal no país.

As informações aqui utilizadas foram levantadas no Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e na Coordenação Geral de Imigração, ambos do Ministério do Trabalho e Emprego. Estes dados indicam uma medida de fluxo, isto é das novas entradas em cada período analisado e não uma medida de estoque. Assim, os nacionais de um país que poderiam estar se destacando hoje como fortes demandantes de autorizações de trabalho, não necessariamente significa que o seu efetivo seja volumoso e tenha uma importância numérica relevante no conjunto dos imigrantes residentes no Brasil.

Na primeira parte do texto apresentamos uma breve introdução sobre a história da migração no Brasil até o advento da crise econômica, na segunda parte discutimos os dados que foram levantados, dando ênfase aos países europeus e também à localização, no território nacional, em que estes imigrantes optaram fixar-se. Na terceira e última parte apresentamos desenho de cenários possíveis para o futuro que, para todos, ainda continua incerto.

2. CONTEXTO HISTÓRICO¹ (BREVE RESUMO)

A história da imigração no Brasil inicia-se com os portugueses no contexto da colonização, visando a apropriar-se militar e economicamente da terra, a implantação da grande lavoura de exportação deu origem ao tráfico de escravos africanos. Foi este movimento migratório forçado, que perdurou três séculos (até 1850), o responsável pela introdução na colônia, e depois no Império, de cerca de 4 milhões de cativos.

Nas primeiras décadas do século XIX o movimento começou a se diversificar com as experiências de imigração livre dirigida também a não portugueses. Um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade policultora, atraiu

1 Esta sessão baseou-se no texto PATARRA, N. e FERNANDES, D. Brasil país de imigração? A ser publicado na revista ALUP em 2012.



alemães, italianos e outros estrangeiros para o Sul do país. Já em meados desse século, imigrantes dirigiram-se à cafeicultura do Oeste Paulista, enquanto outros foram canalizados para o trabalho em obras de infraestrutura urbana e na construção de caminhos e estradas.

A abolição da escravidão no final do século XIX criou um novo cenário que trouxe consigo novos desafios: a grande expansão da produção cafeeira, associada à falta de um contingente satisfatório de trabalhadores no território nacional, possibilitou a abertura do Brasil para a imigração. Nesse mesmo intervalo, a Europa se via às voltas com a propagação da nascente industrialização – a qual atraiu grande parte da população para as cidades – e com os efeitos da transição demográfica² (LEVY, 1974). A junção desses elementos fez com que considerável número de indivíduos não fosse absorvido no mercado de trabalho europeu. Tais fatores contribuíram para que um número substancial de imigrantes provenientes da Europa adentrasse o Brasil a partir da década de 1870 (BRITO, 2004).

Em decorrência da crescente necessidade de mão de obra, inicia-se uma política de migração voluntária de mão de obra que apresenta um atraso em relação a outros países da América em função da duração do regime escravocrata do país. Assim, um período de imigração em grande escala da Europa para a América, em especial para o Brasil, aconteceu entre 1870 e 1930. Nesse ínterim, estimativas indicam que 40 milhões de pessoas tenham migrado do Velho para o Novo Mundo (OLIVEIRA, 2001).

Como o café era o principal produto capaz de integrar o Brasil ao comércio internacional, passou a ser de grande interesse governamental resolver o incômodo problema com relação à produção: a falta de mão de obra. Além disso, ainda havia a necessidade de se aumentar a produção de alimentos, para atender o crescente mercado consumidor do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, pautado em uma visão de que os imigrantes europeus seriam os únicos capazes de construir uma nação brasileira civilizada e moderna, o governo passou a incentivar a imigração europeia. Esses imigrantes tinham duas formas distintas de atingir o território nacional: via agenciamento privado ou por intermédio de iniciativas governamentais.

2 Pela primeira vez na história as taxas de mortalidades mantiveram-se estáveis durante décadas, enquanto que os índices de natalidades permaneceram elevados, o que ocasionou um considerável crescimento populacional (FAUSTO, 2000).



A migração estrangeira agenciada pela iniciativa privada provou-se um fracasso, pois foi incapaz de assegurar uma transição efetiva para o trabalho livre. Dessa forma, as iniciativas governamentais assumem diretamente a responsabilidade pela publicidade, recrutamento, transporte, recepção e distribuição dos imigrantes entre as diversas fazendas brasileiras.

O ponto culminante da migração europeia para o Brasil ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX, entre 1877 e 1903, quando deram entrada no país cerca de 2 milhões de imigrantes predominantemente italianos, que representavam metade do contingente (PACHECO e PATARRA, 1997). Esses imigrantes eram pessoas pobres, provenientes, do Norte e Nordeste de Portugal, assim como de áreas rurais da Espanha e Itália. Os imigrantes foram absorvidos pela lavoura cafeeira e pela nascente indústria brasileira, e fixaram-se, em sua maioria, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Concomitantemente, o país via-se às voltas com a migração interna de grupos nordestinos, que fugiam da seca em direção ao Centro Sul do Brasil (OLIVEIRA, 2002).

Para melhor compreensão da dinâmica migratória no Brasil no final do século XIX e início do século XX, Levy (1974) divide a entrada de imigrantes em períodos. Segundo o autor, até 1876 entraram 350.117 imigrantes no país, dos quais 45,7% eram portugueses, 12,9% eram alemães e italianos, espanhóis não chegavam a 6% e 35,7% eram de outras nacionalidades.

No segundo período (1877 a 1903), observa-se uma variação das tendências presentes no período anterior, pois o mesmo caracteriza-se por uma intensa imigração italiana (58,49%) e uma diminuição relativa da participação dos portugueses (20%). Nesse intervalo temporal entraram no Brasil 1.927.992 pessoas, ou seja, uma média anual de 71 mil. Até 1876 eram os portugueses que constituíam o maior contingente de estrangeiros, enquanto que em 1877 o número de italianos dobra em relação ao ano anterior (LEVY, 1974).

Nas primeiras décadas do século XX, um projeto de colonização agrícola, implantado com o objetivo de promover o povoamento da terra, atraiu novamente um considerável contingente de europeus para o Sul e Sudeste do Brasil (BASSANEZI, 1999), o que configurou o terceiro período: de 1904 à 1930. Durante esses anos, entraram no Brasil 2.142.781 imigrantes, uma média anual de 79 mil pessoas. Durante os anos de 1915 a 1918, verificou-se uma redução no número de entradas de estrangeiros no Brasil, quando a média



anual passou a ser de 27 mil pessoas. A partir de então, os portugueses voltam a constituir o maior montante de estrangeiros, eleva-se também a entrada de imigrantes que pertencem à outras nacionalidades (LEVY, 1974).

Em fins de dezembro de 1930 são publicadas as primeiras medidas restritivas à entrada de imigrantes no país. Tais medidas são reflexos da crise vivenciada pela economia mundial em 1929, com a conseqüente crise do café (BAENINGER e SOARES, 2009). As restrições foram crescendo até a fixação de quotas na Constituição de 1934 e depois também na de 1937. Na primeira metade da década de 1930 os japoneses passam a entrar no país em grande número, atingindo cerca de 44% do total de imigrantes estrangeiros. Após as medidas restritivas de 1934 a imigração japonesa foi sendo reduzida até cessar completamente na década de 1940 (SUZUKI, 1995). Assim, os anos correspondentes à II Guerra Mundial, em especial de 1942 a 1945, apresentam um número bastante reduzido de entradas de imigrantes no Brasil, em torno de 2 mil por ano (LEVY, 1974).

A década de 1930 constitui um marco temporal na drástica mudança ocorrida no padrão migratório internacional do Brasil. A migração internacional, que até então era um fator preponderante na configuração da população brasileira em território nacional, cede espaço às migrações internas. Mais uma vez, a dinâmica econômica desenvolveu um papel decisivo na configuração dessa nova realidade.

A migração internacional só voltará a ter importância econômica para o país nos últimos 4 quinquênios do século XX, quando um forte movimento de emigração levou vários brasileiros a procurar novas oportunidades além das fronteiras nacionais. Mesmo que a sua proporção frente ao volume da população brasileira não tenha sido elevada, em nenhum momento ultrapassou 3% da população total, a sua distribuição foi concentrada em algumas regiões que sofreram impactos tanto positivos, recebimentos de remessas, como negativos, escassez de mão de obra.

Os destinos escolhidos por estes emigrantes foram, em primeiro lugar os Estados Unidos, seguidos pela Europa, principalmente Portugal, em um primeiro momento, e, depois a Espanha. No plano regional, na América do Sul, por conta da proximidade geográfica e características econômicas, o Paraguai foi o destino mais procurado. Por último, não excluindo a importância de outros países como destino, é importante lembrar a emigração para o Japão



que, de forma diversa do que acontecia em outros países, acolhia somente descendentes de japoneses, filhos ou netos, dos imigrantes que chegaram ao Brasil no início do século XX.

Na primeira década do novo milênio, por conta da situação econômica mundial, um novo período da história migratória do país passou a ser escrito. De um lado acontece importante fluxo de retorno de brasileiros que viviam no exterior. As autoridades japonesas estimam uma redução de 30% no número de brasileiros residentes naquele país), Por outro lado, um novo fenômeno começa a tomar corpo: a volta do país à rota de imigração tendo como protagonistas imigrantes de países do Hemisfério Norte, principalmente da Europa.

3. O FLUXO RECENTE DE IMIGRANTES EUROPEUS PARA O BRASIL

3.1 A Fonte de Dados

A base de informação utilizada nesta seção foi construída a partir de dados disponíveis em relatórios do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que referem-se às autorizações de trabalho e autorizações de vistos de residência concedidos no período de 2008 a 2011. Este conjunto de informações compreende autorizações de trabalho temporárias, de curta (90 dias) e longa (2 anos) durações, assim como autorizações de trabalho permanente. Foram incluídas também as autorizações para a concessão de vistos, emitidas pelo CNIg, que podem ser de caráter temporário ou permanente.

No conjunto das autorizações de trabalho temporário se inscrevem, principalmente, aquelas concedidas aos profissionais com contrato de trabalho no Brasil, pessoas que prestam cooperação técnica como montagem de máquina e capacitação de trabalhadores, artistas estrangeiros e tripulação de embarcação comercial e de turismo, e plataformas petrolíferas. As autorizações de trabalho permanente envolvem, dentre outros, investidores e executivos de empresas. As autorizações para a concessão de vistos atendem, em sua maioria, estrangeiros que tenham união estável com brasileiros e aqueles que precisem em decorrência de questões humanitárias, como a recente situação dos haitianos que pediram autorização para entrar no Brasil (FERNANDES, MILESI e FARIA,-2012).



3.2 Volumes, Fluxos e Destinos

Em 2011, o total de autorizações de trabalho concedidas pelo governo brasileiro foi da ordem de 70.524, registrando um aumento de, aproximadamente, 26% em relação ao ano anterior. Os cidadãos de nacionalidade europeia receberam algo como 25% das autorizações emitidas em 2011, sendo que se destacam os nacionais do Reino Unido, Alemanha, Itália e França. Um ponto importante a considerar é que, independente da nacionalidade, as pessoas que receberam autorização de trabalho no Brasil, em 59% dos casos, tinham, no mínimo, nível superior de instrução. Proporção muito mais elevada do que a encontrada na população brasileira

Ao se analisar a presença de europeus segundo o tipo de autorização de trabalho concedida, levando-se em conta as autorizações temporárias, observa-se que no caso daqueles que chegaram ao Brasil em 2011 com um contrato de trabalho de até 2 anos, 34% deles vinham de um país europeu, sendo que, no caso dos portugueses, houve um aumento da ordem de 180% nas concessões nesta modalidade de autorização de trabalho, entre 2010 e 2011, que chegaram a 468 casos de portugueses no último ano.

Considerando outra categoria de autorizações temporárias, aquelas para períodos curtos de menos de 90 dias, com fins únicos de prestação de assistência técnica e transferência de tecnologia, em 2011, a participação de nacionais de países europeus foi da ordem de 42%, sendo os cidadãos alemães responsáveis por 9,8% das demandas (1.052 pedidos), o que representou um avanço de 53% nas concessões recebidas por nacionais deste país em comparação a 2010.

Outra modalidade de autorização para trabalho que foi muito influenciada pelo desempenho da economia brasileira, é a ligada às atividades relacionadas à exploração de petróleo que envolvem não só o trabalho em plataformas marítimas, mas também a atuação de tripulação nas embarcações de apoio. Esta modalidade de autorização de trabalho vem, nos últimos anos, crescendo de forma acelerada, resultando em um acréscimo de 61% nas autorizações concedidas entre 2008 e 2011. Neste caso, em 2011, os cidadãos europeus receberam 29% das autorizações, sendo que os nacionais do Reino Unido aparecem como o segundo grupo mais importante nesta categoria, com 1.814 demandas atendidas, o que significaria um crescimento de, aproximadamente, 14% em relação a 2010.



Ao se considerar as autorizações de trabalho permanente, duas categorias se destacam, aquela que reúne as autorizações concedidas a investidores autônomos, pessoas físicas, e as que atendem às demandas de empresas para os executivos integrantes de suas diretorias no Brasil.

No primeiro caso, os europeus representam mais de 63% das autorizações concedidas, sendo que são maiores as demandas apresentadas pelos cidadãos italianos (231 pedidos), seguidos pelos portugueses (132 pedidos).

Interessante notar que esta modalidade de autorização de trabalho, vem atender às demandas de investidores individuais que pretendem aplicar no país recursos em algum tipo de negócio, dentro das normas estabelecidas pela Resolução Normativa nº 84³. Em 2011, o montante total destes investimentos foi da ordem de R\$ 204,2 milhões, sendo que R\$ 148,5 milhões foram aportados por nacionais de países europeus. Neste grupo se destacam os italianos que investiram o equivalente a R\$ 44,8 milhões, aproximadamente, 22% do total. Posição esta de maior investidor pessoa física para fins de concessão de autorização de trabalho permanente, que os italianos vêm mantendo desde 2008.

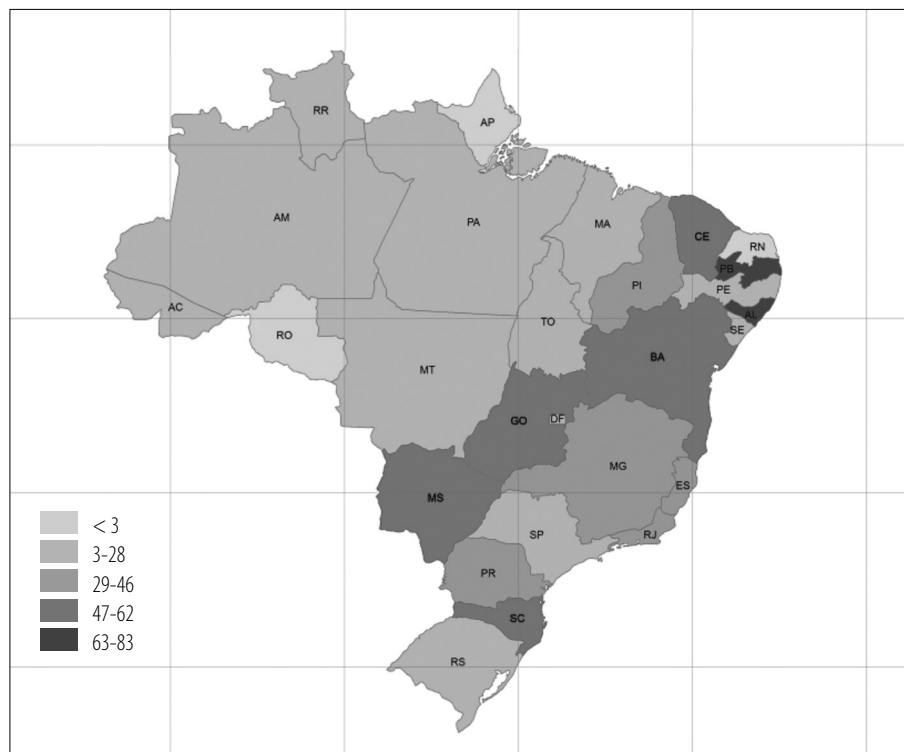
As concessões de autorização de trabalho para os estrangeiros que participam da gestão de empresas no Brasil aumentaram em, aproximadamente, 32% entre 2010 e 2011. No último ano, os estrangeiros de nacionalidade europeia receberam 34% destas autorizações, sendo os cidadãos portugueses os que fizeram a maior demanda (137 casos) que representou, para estes nacionais, um acréscimo de, aproximadamente, 120% considerando-se o volume de 2010.

Por último, tendo em vista o quadro geral das autorizações de trabalho concedidas em 2011, o mapa a seguir, indica a proporção de autorizações concedidas aos estrangeiros de nacionalidade europeia, sobre o total de autorizações de trabalho para estrangeiros, segundo a Unidade da Federação de residência quando da sua instalação no Brasil. Naquele ano, os europeus de nacionalidade europeia eram parcela representativa dos estrangeiros nos estados de Alagoas e Paraíba e também na Bahia, Ceará, Goiás e Mato Grosso do Sul.

3 Resolução Normativa nº 84 de 10/02/2004. Valor mínimo do investimento R\$ 150.000,00, podendo o CNIg, a seu critério, analisar outras circunstâncias como geração de emprego etc.



Proporção das autorizações de trabalho para europeus sobre o total de autorizações para estrangeiros, por unidade federativa, 2011



Fonte: CGIg – MTE, 2011. Elaboração: LOPES, Luiz F.F. PUC-Minas / PPGG-GEDEP. Projeto CNPq 477167/2012-1.

Análises sobre a descentralização industrial no Brasil e a evolução do emprego industrial a partir da década de 90 apontam as regiões Nordeste e Centro-Oeste como regiões onde ocorreram aumentos no número de estabelecimentos e do emprego industrial, absorvendo a queda destes indicadores, ocorrida na região Sudeste (SABOIA 2001, AZEVEDO E TONETO 2000 e PEREIRA 2003).

Nos estados maiores do Nordeste, como Bahia e Ceará destacou-se a presença de espanhóis, italianos e alemães, no primeiro caso, e italianos e portugueses no segundo caso. Segundo Pereira (2003), estes dois estados foram os receptores dos maiores investimentos no Nordeste de capitais estrangeiros na indústria, pois já ofereciam, no início do processo de descentralização industrial brasileira, uma infra-estrutura implantada em suas regiões metropolita-



nas, que combinadas com fortes incentivos fiscais, ampliaram e diversificaram seus parques industriais.

Na Bahia, destaca-se na recepção destes investimentos, o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, com chegadas recentes de indústrias alemãs, em processo de implantação iniciado em 2011 (COFIC 2011).

Em outros estados, como Minas Gerais, onde a proporção de europeus demandantes de autorização de trabalho não é muito elevada frente ao total de solicitações, vale destacar a presença dos italianos que sozinhos representam 15% das demandas. Neste caso, destaca-se a presença marcante da FIAT e todas as empresas a ela associadas, de origem italiana, tanto em Belo Horizonte, quanto em Sete Lagoas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que não se possa afirmar categoricamente que há um aumento da chegada de estrangeiros no Brasil, há indícios de que o país passou a ser destino de pessoas que buscam inserção no mercado de trabalho nacional, uma vez que há forte demanda por mão de obra, principalmente a especializada.

Os cidadãos europeus encontram-se em posição privilegiada para, neste momento, contribuir com o desenvolvimento do país. Dois pontos merecem destaque: primeiro a presença dos portugueses que, por familiaridade linguística e tratamento diferenciado previsto em lei, têm chegado ao Brasil com maior frequência, principalmente em funções de trabalho temporário e na direção de empresas no Brasil, em ambos os casos, entre 2010 e 2011 houve um aumento em mais de 100% nas demandas por autorização de trabalho de nacionais de Portugal.

O segundo ponto a salientar foi a sempre importante participação de italianos no grupo daqueles que demandam autorização de trabalho permanente como investidores individuais. A presença maciça destes estrangeiros em regiões turísticas do nordeste desde 2008 indica um possível nicho de negócios destes investidores. Além disso, o processo de descentralização industrial no Brasil, em curso desde a década de 90, em direção ao Nordeste e ao Centro-Oeste, com presença marcante de capital internacional, explica em parte, o aumento da demanda de autorizações de trabalho por executivos dirigentes de empresas.



Neste texto buscou-se avaliar uma das fontes de informação que poderiam contribuir na análise da imigração internacional para o Brasil. Por se tratar de dados coletados em registros administrativos, os resultados não podem ser considerados conclusivos, ainda mais que não há uma avaliação do perfil destes imigrantes e que em última análise, trata-se de uma visão de fluxo e não de estoque. Ao mesmo tempo, este é um quadro enviesado, pois em alguns casos esta migração é temporária, mesmo em períodos curtos de menos de 90 dias, que na definição estrita da migração não poderia ser considerada como uma mudança definitiva de endereço.

No entanto, há elementos que permitem afirmar que ocorre um incremento constante e importante da demanda por autorizações de trabalho e que os vistos concedidos, podem, em alguns casos, vir a ser transformado em residência permanente.

DUVAL MAGALHÃES FERNANDES é Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC Minas.

MARIA DA CONSOLAÇÃO GOMES DE CASTRO é professora do Instituto de Ciências Sociais/Curso Serviço Social da PUC Minas.

SILVANA PENA KNUP é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC Minas.



REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Furquim de e TONETO JÚNIOR, Rudinei. Relocalização do Emprego Industrial no Brasil na Década de 90. **Texto para Discussão, Série Economia** no. 07. Ribeirão Preto: FEA/USP, 2000. Disponível em: http://www.cpq.fearp.usp.br/anonftp/textos_discussao/eco/wpe7.pdf

BAENINGER, R. Brasileiros na America Latina: o que revela o projeto IMILA/CELADE. In: CASTRO, M. G. (Org.). **Migrações Internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.

BAENINGER, R. e AYDOS, M. **População Refugiada. Retrato das condições de vida: famílias em São Paulo e Rio de Janeiro**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2008.

BAENINGER, R. e SOARES, W. **Perfil Migratório do Brasil**. Texto preliminar /OIM. Brasília: 2009 (mimeo).

BASSANEZI, M. S. C. B. Família e Imigração Internacional no Brasil do Passado. Estudos de História, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 289-315, 1999.

BRAGA, F. G. Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo: Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000). In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú-MG: 2006.

BRITO, B. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 21, n.1, p. 5-20, 2004.

COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI. **Polonotícias: Informativo Mensal das Empresas do Complexo Industrial de Camaçari**. Camaçari: COFIC, Dezembro 2011 ano XI no. 127. Disponível em: http://www.coficpolo.com.br/2009/artigos/PolonoticiasDez2011_PRINT.pdf

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIg. **Base estatística atualizada**. Ministério do Trabalho. Brasília. 2012 40 p. (mimeo).

DEPARTMENT OF HOME SECURITY – DHS. Apprehensions by the US Border Patrol: 2005-2008. Fact Sheet. Washington-D.C. 2009.

FAZITO, D. Situação das migrações internacionais no Brasil contemporâneo. In: BRITO, F. e BAENINGER, R. (coord.). **População e Políticas Sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília-DF: 2008, p. 150-170.

FERNANDES, D. e NUNAN, C. dos S. A Volta para Casa: a inserção do imigrante internacional de retorno no mercado de trabalho. Um estudo comparativo entre Argentina, Brasil e Paraguai no início do século XXI. In: **III Congresso da Associação Latino Americana de População**, ALAP. Córdoba-Argentina: 2008.



FERNANDES, D e RIGOTTI, J. I. Os brasileiros na Europa: notas introdutórias, **I Seminário sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior: Brasileiros pelo Mundo**, Itamaraty. Rio de Janeiro. 2008.

FERNANDES, D; MILESI, R e FARIAS, A. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. **Cadernos de Debates nº6**. Instituto Migrações e Direitos Humanos e ACNUR. Brasília. 2012, p. 73 a 97.

GARCIA, R. A e SOARES, W. Migração Internacional de Retorno ao Brasil: efeitos diretos e indiretos. In: **Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte-MG: 2006.

GOZA, F. Um panorama geral da vida dos brasileiros nos EUA no ano 2000. **Anais do XIX – Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP**. Caxambu, 2004.

HIRANO, F. Y. O Caminho Para Casa: o retorno dos dekasseguis. **Textos NEPO – UNICAMP**. Campinas-SP: 2008.

IOTTI, L. H. A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822-1914. In: **X Encontro Estadual de história. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**. 26 a 30 de jun. Santa Maria-RS: 2010.

LEVY, M. E. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, supl. 8, p. 49-90, 1974.

MILESI, R. **Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos**. Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH. Brasília: 2007.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Brasileiros no Mundo: estimativas**. 2ª ed. Brasília: 2009.

OLIVEIRA, L. L. **O Brasil dos Imigrantes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. **Perfil Migratório do Brasil 2009**. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD. Ministério do Trabalho. Brasília: 2010.

PACHECO, C. A. e PATARRA, N. Movimentos Migratórios nos anos 80: Novos padrões? In: PATARRA, N. L. et al. **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1983**. Campinas: I.E./UNICAMP, p. 24-52, 1997.

PATARRA, N. L. e BAENINGER, R. Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica- Brasil no MERCOSUL. In: **I Congresso da Associação Latino Americana de População – ALAP**. Caxambú-MG: 2004.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

PATARRA, N. L. Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, maio/ago. 2006.



PATARRA, N e FERNANDES, D. Desenvolvimento e migração IN CHIARELLO, L. M. (org) **Las Políticas Públicas sobre Migraciones y la Sociedad Civil em América Latina**. Cap II Políticas Públicas e Migração Internacional no Brasil. Scalabrini International Migration Network. New York. 2011 p. 160-194.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. Espaço, Industrialização e Acumulação Capitalista: Uma Abordagem para o Nordeste e o Ceará. **Mercator: Revista de geografia da Universidade Federal do Ceará** ano 02 no. 04. Fortaleza: UFC, 2003. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/151/120>

RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação**. Fundação Calouste Gulbenkian. 2005.

RIPOLL, E. M. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 151-165, 2008.

ROSSI, P. L. Remessas de Imigrantes Brasileiros em Portugal: Inquérito por Amostragem a Imigrantes Brasileiros em Lisboa, Porto e Setúbal. Lisboa: **SOCIUS Working Papers**, 2004.

SABOIA, João. Descentralização Industrial no Brasil na Década de Noventa Um Processo Dinâmico e Diferenciado Regionalmente. **XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC**. Salvador: ANPEC, 2001. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200104317.pdf>

SALES, T. e BAENINGER, R. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. Travessia – **Revista do Migrante**, São Paulo, n. 36, p. 33-44, 2000.

SILVA, P. O. da. Aspectos gerais da migração fronteiriça entre Brasil e Bolívia. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu-MG: 2008.

SIMAI, S.; BAENINGER, R. Racismo e sua negação: o caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. Travessia – **Revista do Migrante**, São Paulo, n. 66, p. 15-23, 2011.

SUZUKI, T. A Imigração japonesa no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 39, p. 57-65, 1995.

TEIXEIRA, H. D. D. Uma visão perspectiva das leis de restrição à imigração no Brasil (1920-1940). In: **XIII Encontro de História** – Anpuh. 04 a 07 de ago. Rio de Janeiro: 2008.